

**Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e Médias Empresas**

**An Analysis of Accountancy Firms Perspectives of the Need to Apply IFRS in Small and Medium Enterprises**

Fernando Lins Alves

Graduando em Ciências Contábeis – UFPE

Avenida dos Economistas, s/n - Cidade Universitária, Recife/PE. CEP: 50.670-901.  
fernandoolins@hotmail.com

Luiz Carlos Miranda

Ph.D. em Agribusiness – University of Illinois

Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPE  
Avenida dos Economistas, s/n - Cidade Universitária, Recife/PE. CEP: 50.670-901.  
lc-miranda@uol.com.br

Juliana Matos de Meira

Ph.D. em Management – University of Sheffield

Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UFPE  
Rua Mário Souto Maior, 108/1601, Boa Viagem. Recife/PE. CEP: 51030-310  
j.meira@hotmail.co.uk

Aldo Leonardo Cunha Callado

Doutor em Agronegócios – UFRGS

Professor do Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-Grad. em Ciências Contábeis da UnB/UFPB/UFRN e do Programa de Pós-Grad. em Administração da UFPB  
Rua das Graças, 277, apto-602, Graças, Recife/PE. CEP: 52.011-200.  
aldocallado@yahoo.com.br

**Resumo**

O estudo tem por objetivo pesquisar quais serviços contábeis estão sendo ofertados pelos profissionais da área contábil que atendem as pequenas e médias empresas. Especificamente, busca-se saber qual o grau de utilização das normas internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas “*IFRS for SME*” no Brasil adotada pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 19.41. Foram entrevistados 32 escritórios de contabilidade na cidade do Recife-PE. O estudo tem seu foco no conhecimento, utilização e aplicabilidade das Normas Internacionais de contabilidade para pequenas e médias empresas. Os resultados apontam que ainda não existe a utilização das normas e que alguns profissionais não têm conhecimento das mudanças geradas pelo processo da convergência contábil. O estudo ainda revela que a maioria dos profissionais de contabilidade não vê necessidade de adoção das normas internacionais de contabilidade para as PMEs.

**Palavras-chave:** Convergência Contábil. Pequenas e Médias Empresas (PME). IFRS. NBC T 19.41.

## Abstract

This paper examines the services provided by accountancy professionals to small and medium enterprises (SME). More specifically, the purpose is to understand the level of utilisation of international standards to these organisations “*IFRS for SME*” in Brazil in accordance to the national standards (NBC T 19.41). Overall, 32 interviews were carried out in accountancy organisations in the city of Recife-PE. The study focuses on the knowledge, utilisation and applicability of the International Standards to SME. The results show that there is a lack of utilisation of the standards and that some accountancy professionals do not have knowledge regarding the changes produced by the convergence process. Moreover, the study reveals that the majority of accountancy professionals consider unnecessary to adopt the “*IFRS for SME*”.

**Keywords:** Accounting convergence. Small and medium enterprises (SME). IFRS. NBC T 19.41.

## 1. Introdução

Este estudo tem como objetivo investigar os aspectos qualitativos da oferta dos serviços contábeis pelos escritórios de contabilidade às pequenas e médias empresas (PMEs), dando ênfase na identificação dos serviços ofertados e na identificação da percepção dos contadores desses escritórios, quanto à necessidade da adoção das normas internacionais de contabilidade para as pequenas empresas (*International Financial Reporting Standards for Small and Medium Sized Entities - IFRS for SME*), endossadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, que aprovou resolução específica sobre a sua aplicação no Brasil (Resolução CFC no. 1255, de 2009, que resultou na aprovação das Normas Brasileiras de Contabilidade para as Pequenas e Médias Empresas (NBC T 19.41). A pesquisa tem como base estudos similares já realizados sobre esse tema (IKÄHEIMO, BASKERVILLE, 2010; COLE, 2010; QUAGLI, 2009; SZCZESNY; VALENTINCIC, 2009).

A justificativa de se estudar esse assunto advém da importância dessas empresas na economia brasileira. De acordo com pesquisas desenvolvidas pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2009) do total de estabelecimentos formais no Brasil em 2008, 99,69% são de PME's, em Pernambuco essas empresas somam 99,63% dos empreendimentos. Como decorrência, as micros, pequenas e médias empresas são as maiores demandantes (quantitativamente) dos serviços contábeis no Brasil.

Para garantir a sobrevivência e crescimento dessas empresas, é cada vez mais importante produzir informações que garantam um adequado gerenciamento da situação financeira e econômica de empresas desse porte. Para isso a contabilidade tem um papel importantíssimo, visto que ela abastece a empresa com uma série de informações necessárias para sua análise e tomada de decisão.

Segundo o órgão que a criou, o *International Accounting Standards Board - IASB*, que é o órgão está à frente de todo o processo de convergência da contabilidade mundial, a justificativa para a implantação das '*IFRS-SME*' é produção de relatórios com informações mais claras, objetivas, relevantes e com igualdade de critérios utilizados, objetivando facilitar a compreensão e utilização, das demonstrações por parte dos gestores das empresas, bem como dos demais usuários, especialmente os agentes financiadores (Bancos).

Para o alcance de tais objetivos, realizou-se uma pesquisa de campo junto a trinta e dois escritórios de contabilidade localizados na cidade do Recife/PE. A pesquisa foi realizada por meio de entrevistas presenciais, com o preenchimento de questionário elaborado com questões objetivas. O trabalho inclui uma revisão da literatura referente à oferta de serviços contábeis, contabilidade gerencial, adoção das IFRS no contexto das PME's.

## 2. Revisão da Literatura

### 2.1. Adoção das IFRS no Mundo

As Normas Internacionais de Contabilidade - *International Financial Reporting Standards* – IFRS surgem em um contexto em que a contabilidade necessitava de normas únicas no mundo, devido principalmente as várias crises financeiras que aconteceram. O *International Accounting Standards Board* – IASB é o órgão que está à frente de todo o processo de convergência da contabilidade mundial. O IASB foi criado para coordenar a institucionalização internacional das normas contábeis, nos sistemas jurídicos dos países optantes por adotar tais normas, editando procedimentos para a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade “IFRS”.

Dessa maneira, iniciou-se a adoção das novas normas no mundo na última década, embora ainda sem uma experiência sobre o seu desenvolvimento e aplicação, não sendo sua adoção e aprovação uma unanimidade entre algumas nações e empresas, que ainda debatem sobre os benefícios e prejuízos causados pela adoção de normas contábeis internacionais padronizadas.

Na Europa, segundo estudos realizados por Armstrong *et al.* (2010), a adoção das IFRS em 2003 representou um marco importante para a convergência contábil, mas também estimulou controvérsia, tendo o governo como maior crítico. Nos mercados, os investidores reagiram positivamente à adoção das IFRS, em razão da expectativa de melhor qualidade da informação e redução da assimetria informacional.

A perspectiva de adoção das ‘IFRS’ levou os investidores de empresas europeias a avaliar as implicações das mudanças potenciais em informações geradas pelas empresas e as implicações nos ambientes de convergência associados a esta mudança nos padrões de relatórios financeiros. Assim, eventos que levaram à adoção do IFRS na Europa constituíram uma oportunidade para os investidores avaliarem as expectativas sobre os benefícios líquidos ou custos líquidos da adoção das IFRS, pois a partir dessa avaliação deve-se constituir um conceito sobre o que se pode esperar das IFRS para os países, onde as normas ainda não foram adotadas, como nos EUA, por exemplo.

Nos EUA, que ainda não adotaram as IFRS, Hail, Leuz e Wysocki (2010) afirmam que parte da resistência às IFRS é explicada pelo fato de os usuários acreditarem que uma possível adoção do IFRS pelos Estados Unidos pode reduzir a comparabilidade entre as empresas, existente hoje, com o atual conjunto de normas norte americanas (*US GAAP*, que é o atual padrão da contabilidade Norte Americana).

Há um conjunto de forças institucionais que regulam a contabilidade dos EUA, sendo que a principal é a demanda criada pelo mercado de capitais. Espera-se que estas forças institucionais continuarão a existir após a adoção do IFRS. Desse modo, a IFRS Americana iria fornecer as bases para normas contábeis dos EUA, mas elas seriam complementadas por uma sobreposição das entidades reguladoras: a Securities Exchange Commission (SEC), o International Financial Reporting Standards (IFRS) e o Financial Accounting Standards Board (FASB), que forneceriam as interpretações e orientações para aplicação e utilização da ‘nova’ contabilidade, que seria formada por conceitos que podem ser conflitar com os utilizados atualmente, definidos pelo US GAAP.

No Brasil, o órgão que regula todo o processo de convergência é o Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC, que emite os pronunciamentos em português de acordo com as normas originais emitidas pelo IFRS. A adoção das Normas Internacionais no Brasil começou no ano de 2008 de maneira voluntária, depois da adoção já ter ocorrido na Europa. Em 2010, a adoção das IFRS passou a ser obrigatória, para todas as empresas listadas na

Bolsa. Portanto, ainda não há histórico da adoção, que permita analisar os efeitos de sua aplicação.

Se para as grandes empresas, a adoção das normas contábeis internacionais ainda sofre resistência do país que tem o maior número de usuários da informação contábil (Estados Unidos), e se no Brasil ainda não se pode avaliar os efeitos dessa adoção pelas grandes empresas, a utilidade dessas normas para as pequenas e médias empresas apresenta-se controversa, tanto no Brasil, como em vários outros países. Existem vários estudos avaliando os aspectos positivos e negativos, tanto pela perspectiva dos usuários (como é o caso do estudo conduzido por Schiebel, 2006 e 2007) quanto dos produtores de informação (Eierle e Haller, 2009; e Van Wyk e Rossouw, 2009).

## **2.2. Vantagens e Desvantagens das IFRS para PME's**

A discussão dos efeitos que a utilização das IFRS está causando, como pode ser observado em todos os lugares do mundo, está gerando resultados positivos e também negativos. Pois a grande maioria das empresas apóia a necessidade de relatórios diferenciais para as Pequenas e Médias empresas, contudo elas discordam de como isto deve ocorrer, dos custos envolvidos e dos benefícios que serão alcançados com adoção destas mudanças.

Dentre os principais pontos positivos observados na literatura estão: aumento na comparabilidade, principalmente de empresas que possuem outras empresas em localidades diferentes; facilidade para captação de recursos fora do país, pois os relatórios tornam-se mais compreensíveis; e redução no custo de operação dos sistemas contábeis, após o investimento inicialmente elevado para a adoção.

Por outro lado, há vários estudos apontando um grande número de pontos negativos, que tendem a superar as vantagens, pois ainda há uma grande resistência para que as mudanças geradas com as normas internacionais de contabilidade sejam aplicadas pela totalidade das PME's mundiais. Eierle e Haller (2009) comentam que

“o projeto atual em exposição das IFRS/PME não deve encontrar ampla aceitação internacional como o IFRS para as empresas de grande porte. Pois, para as PME's as normas podem não resultar na desejada redução da complexidade em comparação ao sistema atual adotado em cada país, mesmo para os países que estão forçando o desenvolvimento de uma norma por causa de sua contabilidade possuir uma fraca estrutura. Ao rever o conteúdo do Projeto atual, portanto, o IASB deve observar com muito mais atenção às necessidades das PME's”.

A baixa adoção das IFRS/PME é o fato das PMEs não serem responsáveis por publicar essas informações. Dentre os principais argumentos contra, um dos mais fortes é o fato dessas normas não respeitarem diferenças culturais e de estágios de evolução da economia. Segundo LUNGU (2007)

“um único conjunto de recomendações ou regras internacionalmente centrado sobre a questão que os usuários não diferem entre os países, assim como a cultura e o tipo de sistema jurídico e estágio de desenvolvimento econômico. Isto sugere que a importância de muitos itens será diferente entre os países, o que implica que pode ser apropriado ter regras diferentes em diferentes países”.

Outro argumento utilizado é que os custos adicionais que as PMEs devem ocorrer para a geração dessas informações não justificam, pela análise dessas empresas, os benefícios decorrentes de tal adoção. Apesar da crença de que o relatório diferencial é útil, a literatura indica que os proprietários de entidades de pequeno porte têm opiniões divergentes sobre a relação custo/benefício de regulação e produção de tais informações.

### **3. Metodologia**

O trabalho foi fundamentado em pesquisa bibliográfica, realizada em livros, artigos de periódicos científicos e de anais de congressos, além de pesquisa na internet. Possui como universo o conjunto dos escritórios de contabilidade, abrangendo escritórios de diferentes tamanhos, sendo selecionada uma amostra por conveniência, não probabilística.

Os participantes desta pesquisa foram selecionados por facilidade de acesso, sendo utilizado: conhecimento do pesquisador, localização geográfica e indicação de entrevistados. Geograficamente, a pesquisa limitou-se a cidade do Recife/PE. Foram considerados escritórios de contabilidade que prestam serviços para empresas de micro, pequeno e médio porte.

Para obtenção dos dados foi realizada pesquisa de campo, com aplicação de questionário contendo perguntas objetivas. A coleta de dados foi realizada por um pesquisador que visitou todos os escritórios participantes. Foram obtidos 32 questionários úteis, respondidos por proprietários ou gerentes de escritórios contábeis que prestam serviços diretamente às PMEs.

O pesquisador preencheu todos os questionários, o mesmo fazia a leitura dos questionamentos e o respondente indicava sua resposta, assinalado no questionário pelo próprio pesquisador. Esse processo aumentou a qualidade das respostas, pois permitiu esclarecer dúvidas dos respondentes sobre algumas questões, além de possibilitar a obtenção de informação complementar junto aos mesmos, gerando assim, em alguns casos, um debate dos temas perguntados no questionário, fornecendo assim, muito mais informação do que a simples resposta objetiva da questão.

A análise estatística dos dados foi realizada com auxílio do software estatístico SPSS – *Statistical Package for Social Science* – versão 16.0. O tratamento estatístico utilizado neste estudo se refere à análise descritiva dos dados, baseada em medidas de posição e dispersão.

### **4. Análise dos Dados**

Esta seção apresenta os resultados obtidos na aplicação do questionário, conforme a divisão dos grupos de questões estabelecidos. A análise descritiva foi realizada utilizando-se o software SPSS version 16.0 e será dividida em três partes. Na primeira, realiza-se uma descrição dos escritórios que participaram da pesquisa, identificando características como porte, tempo de funcionamento e quantidade de funcionários. A segunda busca descrever o perfil dos clientes dos escritórios, verificando porte, solicitação e utilização das informações contábeis, informações obtidas através dos escritórios. A terceira faz uma análise da maneira como os escritórios se atualizam, a percepção deles sobre a necessidade da aplicação das Normas Internacionais da Contabilidade para as PMEs.

#### **4.1. Descrição dos Escritórios da Amostra**

A seguir apresentam-se os resultados obtidos através da pesquisa de campo, realizada entre os meses de Fevereiro e Março do ano de 2011 na cidade do Recife-PE. Os respondentes foram classificados de acordo com cargo ocupado no escritório entrevistado, de acordo com Tabela 1, abaixo:

**Tabela 1 - Cargo dos Respondentes**

<b>Cargo</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>
Proprietário do Escritório	27	84,4
Gerente	5	15,6
Total	32	100,0

Os escritórios foram classificados de acordo com o tempo de existência e quantidade de funcionários de acordo com as tabelas abaixo:

**Tabela 2 – Tempo de Existência do Escritório**

<b>Anos</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulado</b>
Até 5 anos	10	31,3	31,3
Entre 5 e 10 anos	11	34,4	65,6
Mais de 10 anos	11	34,4	100,0
Total	32	100,0	

O porte dos escritórios foi medido com base na quantidade de funcionários, a qual foi organizada de acordo com faixas de quantidade de funcionários definida de acordo com conforme a Tabela 3.

**Tabela 3 – Quantidade de Funcionários por Escritório**

<b>Funcionários</b>	<b>Frequência</b>	<b>%</b>	<b>% Acumulado</b>
Até 2	10	31,3	31,3
De 3 a 5	15	46,9	78,1
Acima de 5	7	21,9	100,0
Total	32	100,0	

Apesar de ter sido selecionada uma amostra por conveniência, verifica-se que a amostra obtida é diversificada quanto ao número de funcionários e tempo de existência dos escritórios. Conforme CANECA (2008) observa-se que os próprios empresários tem dificuldade em definir o porte da empresa pela quantidade de funcionários, que é dada segundo informação do SEBRAE.

## **5.2. Caracterização dos Clientes dos Escritórios**

Os respondentes foram solicitados a classificar seus clientes, de acordo com o porte. Foram apresentadas como alternativas: microempresa, empresa de pequeno porte, média empresa e grande empresa.

Os resultados da Tabela 4 revelam que a distribuição pelo porte dos clientes atendidos pela amostra dos escritórios analisados assemelha-se à do Brasil. Na amostra, 99,37% dos clientes são PME, percentual bem similar à participação dessas empresas no total das empresas brasileiras (99,69%).

**Tabela 4 - Percentual de Clientes Total - Análise descritiva**

	N	Mínimo	Máximo	Média	%acumulado	Desvio P.
Micro Emp.	32	0	90	54,03	54,03%	21,456
Peq. Emp.	32	0	100	35,75	89,78%	21,136
Média Emp.	32	0	50	9,59	99,37%	11,435
Grande Emp.	32	0	10	0,63	100%	2,459

Em seguida na Tabela 5, foi solicitado aos respondentes a classificar os relatórios solicitados pelos clientes de acordo com a escala: Nunca, Raramente e Frequentemente:

**Tabela 5 – Frequência de solicitação de relatórios contábeis por parte dos clientes**

Relatório solicitado pelos clientes	Raramente%	Frequentemente%	Nunca%	Total%
Fluxo de Caixa Projetado	31,3	0	68,8	100
DRA	34,4	3,1	62,5	100
DVA	15,6	6,3	78,1	100
DMPL	12,5	6,3	81,3	100
Inf. sobre custo dos produtos	31,3	9,4	59,4	100
Relatório p/ Controle de Estoque	37,5	6,3	56,3	100
Balanço Patrimonial	37,5	53,1	9,4	100
Demonstração do Resultado	37,5	56,3	6,3	100
Inf. para solicitar empréstimos	25,0	75,0	0	100
Balancete de verificação	46,9	28,1	25	100
Fluxo de Caixa	50,0	9,4	40,6	100
R. p/Controle das contas a Pagar	59,4	6,3	34,4	100

Observa-se nos dados dispostos na Tabela 5 que uma grande quantidade das informações que poderiam ser geradas pelos escritórios não é solicitada pelos clientes para uso. Como se tratam de relatórios mais específicos e de conhecimento quase que exclusivo de quem atua na profissão contábil, esse resultado era esperado. Mas pela importância deles para ajudar os pequenos e médios empresários a melhor gerenciar seus negócios, os profissionais da contabilidade poderiam oferecer tais relatórios. Mas não é o que se verifica na prática. Estes profissionais oferecem quase que exclusivamente serviços para garantir o recolhimento dos impostos (CANECA, 2008 e MARRIOTT e MARRIOTT, 2000), ao invés de esperar que seus clientes solicitem. Sobre esse problema, MIRANDA (2007) conduziu estudo que revela que se os contadores ofertarem informações gerenciais que são relevantes para as PME's existe uma disposição em torno de 70% dos empresários em pagar uma quantia maior do que paga atualmente aos escritórios de contabilidade.

Por outro lado, observa-se que a maioria das informações solicitadas é para atender usuários externos da informação contábil, como os bancos – Informações para solicitação de Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e...

Empréstimos – e o governo com a elaboração das demonstrações anuais obrigatórias, como o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado.

### 5.3. Visão e Atualização dos Escritórios sobre as IFRS

Buscando entender aspectos associados à atualização dos profissionais da Contabilidade em relação às IFRS foram questionadas quais as principais fontes de atualização utilizadas pelos contadores. De acordo com os dados apresentados nas tabelas abaixo, pode-se verificar que, os veículos de comunicação convencional (TV, Internet, Jornais, entre outros) é a principal fonte de atualização dos profissionais atingido em torno de 94% dos entrevistados, seguido das palestras, com cerca de 56% dos contadores.

Destaca-se o fato da minoria de aproximadamente 40% dos contadores participarem de cursos e uma parcela mínima com 3% obter informações em veículos de comunicação especializados, como as revistas (RBC – Revista Brasileira de Contabilidade e IOB – Informativo empresarial). Fatores que indicam o desconhecimento das necessidades do mercado por parte dos escritórios.

Outro fato relevante é que dentre os que se atualizam, participando de cursos (menos da metade deles, como pode ser visto na Tabela 6, a seguir), apenas 40% fez algum curso sobre as normas contábeis para pequenas empresas (NBC T 19.41), conforme evidenciado na Tabela 7, apresentada a seguir.

**Tabela 6 - Fontes de atualização profissional**

	Sim%	Não%	TOTAL%
Notícias - TV, Internet, Jornais.	93,8	6,3	100
Palestras	56,3	43,8	100
Cursos	40,6	49,4	100
IOB	3,1	96,9	100
RBC	3,1	96,9	100

**Tabela 7 - Contadores que frequentaram cursos sobre a NBC T 19.41**

		Frequência	Percentual %
Valido	Não	19	59,4
	Sim	13	40,6
Total		32	100

Pode-se verificar a baixa carga horária (Tabela - 8) dos cursos freqüentados pelos contadores da amostra, revelando que os participantes obtêm apenas uma idéia superficial das mudanças introduzidas pelas novas normas. Isso põe em dúvida a eficácia de tais cursos. Como declarado por um dos respondentes, durante o processo de coleta de dados, “os contadores encontrados atualmente no mercado só tem a ‘idéia básica’ de todo o processo de convergência e conhecimento limitado de algumas áreas de mudanças, ainda não há conhecimento de como as mudanças se comportarão e como e quando serão aplicadas”.



**Tabela 8 - Carga Horária dos Cursos que os contadores participaram**

		Frequência	Percentual	Percentual Valido	Percentual Cumulativo
Valido	0 horas	19	59,4	59,4	59,4
	Até 8 horas	3	9,4	9,4	68,8
	Entre 9 e 50 horas	9	28,1	28,1	96,9
	Mais de 50 horas	1	3,1	3,1	100
	Total	32	100	100	

Buscou-se também identificar aspectos associados à percepção dos contadores sobre a necessidade que seus clientes teriam dos relatórios produzidos segundo as novas Normas Internacionais de contabilidade para pequenas empresas (NBC T 19.41). Mais da metade dos profissionais entrevistados tem a percepção de que elas não são necessárias para seus clientes, conforme pode ser visto na Tabela 9.

**Tabela 9 – Percepção dos Contadores sobre a necessidade que seus clientes precisam de relatórios à base das IFRS**

		Frequência	Percentual
Valido	Não	18	56,3
	Sim	14	43,8
	Total	32	100

De acordo com os dados apresentados na Tabela 9, observa-se que os contadores entrevistados têm a percepção de que as novas normas não são necessárias para seus clientes. Ele não vêem necessidade em implementar mudanças nos relatórios contábeis para adequá-los às IFRS-SME. Um dos respondentes comentou que:

*“a realidade da larga maioria da Contabilidade nas PME’s ocorre de dois modos: primeiro, de acordo com a ‘Contabilidade Legal’ feita pelos escritórios, realizada para manter a empresa de maneira regular no mercado, apenas para atender ‘fins legais’ que são os usuários externos, como por exemplo: Os bancos que financiam o capital de giro das empresas e o governo nas 3 esferas do poder público, para efetuar a arrecadação dos tributos. E segundo de acordo com a ‘Contabilidade Real’ é que reflete, de fato, a realidade das empresas é efetuada pelos próprios empresários com seus mecanismos para desenvolver seu próprio controle gerencial, basicamente com o controle do estoque e o fluxo de caixa, independente da contabilidade realizada nos escritórios.”*

Essa afirmativa está de acordo com os resultados encontrados no estudo realizado por Ikaheimo (2010) na Finlândia, que revela que se a IFRS para as PMEs fosse implementada de maneira voluntária, apenas alguns de escritórios de contabilidade, principalmente os maiores, demonstrariam um claro interesse em investir em sistemas compatíveis e em treinamento de pessoal, o que leva a uma situação onde apenas algumas poucas empresas vão adotar o IFRS para PMEs. Mas se adoção da IFRS para as PMEs é forçado pela legislação, todas terão custos para se adaptar às exigências, sem garantia de que serão beneficiadas pela adoção.

Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e...

Outro respondente afirmou que a adoção das IFRS é contrária à resolução CFC nº 1.115/2007 que aprova NBC T 19.13 – Escrituração Contábil Simplificada Para Micro Empresa e Empresa de Pequeno Porte, que reconhece como obrigatório para essas empresas apenas as demonstrações anuais do Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, sendo todas as outras demonstrações facultativas a empresa.

Os depoimentos dos dois respondentes revelam que os escritórios de contabilidade cumprem apenas o que é vital para regulamentação das PMEs e corroboram os achados dessa pesquisa, sobre a percepção de pouca utilidade das novas normas para as pequenas e médias empresas. Muito pouco das informações gerenciais são fornecidas pelos escritórios, conforme pode ser visto na Tabela 10, que mostra que os próprios contadores acreditam que as necessidades dos seus clientes são apenas legais.

**Tabela 10 - Principais Necessidades dos Seus Clientes**

	Sim%	Não%
Cálculo dos impostos	100	0
Folha de pagamento	100	0
Balanço Patrimonial e DR	84,4	15,6
Balancete de Verificação	75	25
Fluxo de Caixa	50	50
DRA	31,3	68,8
Controle do estoque	43,7	56,3

De acordo com a Tabela 10, os contadores atribuem grande importância aos aspectos tributários da contabilidade no Brasil, com 100% dos respondentes considerando o cálculo de impostos e a folha de pagamentos como principais necessidades dos clientes. O relatório sobre a situação financeira das empresas (Fluxo de Caixa), essencial para qualquer empresa ter informações que permitam tomar decisões essenciais, para garantir a sua sobrevivência, é visto como necessário por apenas metade dos entrevistados.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado, relatórios básicos para evidenciar o tamanho e a qualidade da riqueza, bem com sua evolução durante o período de análise, também não receberam a unanimidade dos entrevistados (só 85% consideram esses relatórios necessários). O balancete de verificação, que mesmo sendo um relatório mais direcionado aos próprios contadores, para assegurar que a contabilização foi realizada adequadamente, mas que mostra o saldo de cada conta contábil é visto como necessário por 75% dos entrevistados. Segundo um dos entrevistados, “o balancete supre a necessidade de relatórios periódicos das empresas, enviando mensal ou trimestralmente o balancete às empresas”. O entrevistado afirmou que seu escritório fornece informações necessárias para o controle, gerenciamento e acompanhamento das atividades das PMEs.

O relatório sobre o Controle do Estoque também não é considerado necessário pela maioria dos entrevistados. Apenas 44% deles indicaram que esse controle era necessário. Essa baixa taxa só seria entendida para os escritórios que servem empresas de serviços.

Com relação às novas normas, a Demonstração do Resultado Abrangente, proposto por ela foi o relatório que recebeu o menor percentual de respondentes considerando-a necessária. Apenas 31% dos contadores entrevistados consideram esse relatório necessário.

**Tabela 11 - Conceitos das IFRS já estão sendo aplicados na contabilidade das PMEs**

Conceitos	Sim%	Não%	Não sei%	Total%
Mensuração de Ativos Agrícolas pelo valor justo	3,1	96,9	0	100
Contabilidade de <i>hedge</i> – “ <i>hedge accounting</i> ”	3,1	93,8	3,1	100
Informações sobre os principais pressupostos relativos ao futuro, e outras fontes importantes de incerteza das estimativas na data de divulgação	6,3	90,6	3,1	100
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura	9,4	90,6	0	100
Reconhecimento dos benefícios econômicos futuros	12,5	87,5	0	100
Teste de recuperabilidade	12,5	87,5	0	100
Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros	9,4	87,5	3,1	100
Reconhecimento de redução do valor recuperável dos ativos financeiros	15,6	84,4	0	100
Novos métodos de depreciação	18,8	81,3	0	100
Custo Atribuído	21,9	78,1	0	100
Mensuração dos ativos ao valor justo	25	75	0	100
Combinação de Negócios	31,3	68,8	0	100
Demonstração do resultado abrangente	31,3	68,8	0	100
Avaliação dos ativos intangíveis	34,4	65,6	0	100
Avaliação do valor recuperável dos ativos financeiros	31,3	65,6	3,1	100
Ajuste de avaliação patrimonial	40,6	59,4	0	100
Propriedade para investimento	46,9	53,1	0	100

Na Tabela 11 pode-se verificar a maioria dos respondentes que não estão aplicando os conceitos propostos pelas novas Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC T 19.41). Destaca-se também o fato de apenas um dos entrevistados revelar que não tinha conhecimento de alguns conceitos dessa nova norma. No entanto, percebeu-se, durante a aplicação dos questionários, que embora muitos revelassem, na conversa com o entrevistador, que não tinham grande conhecimento sobre o tema, optavam por responder que não utiliza o conceito, ao invés de responder que não tinham conhecimento sobre o conceito perguntado.

## 6. Conclusão

Este estudo investigou, junto a 32 escritórios de contabilidade que prestam serviços para pequenas e médias empresas, os serviços são ofertados, as necessidades dos clientes, e o grau de utilização das Normas Internacionais de Contabilidade para pequenas e médias empresas “*IFRS for SME*”.

Uma Análise dos Escritórios de Contabilidade sobre a Necessidade de Aplicação das IFRS para Pequenas e...

A pesquisa revela que a maioria dos contadores destaca como principal necessidade a situação fiscal das empresas, deixando de lado os relatórios úteis para a gestão das empresas. Este resultado foi reforçado quando visto que os contadores destacam como principal necessidade dos seus clientes informações para o recolhimento de impostos e cálculo da folha de pagamento. Itens que geram informações essenciais para o controle dos negócios, como é o caso das informações geradas pelo relatório do fluxo de caixa e pelo controle do estoque não são destacados com tanta ênfase.

A maioria dos entrevistados também não considera necessária a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (IFRS-SME), para atender às necessidades de seus clientes. Pelo fato dessa adoção não ser obrigatória e não ser considerada necessária, os entrevistados dedicam-se pouco aos cursos sobre as mudanças propostas por essas normas.

Embora a amostra utilizada tenha sido definida por conveniência, não tendo sido, portanto, definida de modo a assegurar uma representatividade estatística da população estudada, a maneira criteriosa com que os respondentes foram selecionados, de modo a incluir escritórios típicos aos que oferecem serviços contábeis às pequenas e médias empresas e pela diversidade na seleção dos entrevistados e pela maneira cuidadosa com que a análise foi conduzida, essas conclusões podem ser bom indício do que ocorre com a população dos escritórios brasileiros, que servem as pequenas e médias empresas brasileiras.

Portanto, os resultados dessa pesquisa podem ser utilizados como possíveis indicativos da situação da oferta dos serviços contábeis para as PMEs, notadamente no que se refere às novas normas contábeis específicas para as pequenas e médias empresas, definida pelo Conselho Federal de Contabilidade (NBC T 19.41 que é compatível com as IFRS-SME). Para futuros trabalhos, recomenda-se que este trabalho seja replicado em outras regiões, para que estes achados sejam validados.

## Referências

ARMSTRONG, C. S.; BARTH, M. E.; JAGOLINZER, A. D. ; RIEDL, E. J. Market Reaction to the Adoption of IFRS in Europe. *The Accounting Review*. Vol. 85, No. 1, pp. 31-61, 2010.

BARKET, P.; NOONAN, C. **Small Company Compliance with Accounting Standards: The Irish Situation**. Paper No. 10). Dublin City University Business School, Ireland. 1996.

BASKERVILLE, R. F. **100 Questions (and Answers) about IFRS**. Março, 2010. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=1526846>>.

CANECA, R. L. **Oferta e Procura de Serviços Contábeis para Micro, Pequenas e Médias Empresas: Um Estudo Comparativo das Percepções dos Empresários e Contadores**. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília/ Universidade Federal da Paraíba/ Universidade Federal de Pernambuco/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Orientador: Raimundo Nonato Rodrigues). 2008.

COLE, V.; BRANSON J; BRESCH D. **Are users of financial statements of publicly and non-publicly traded companies different or not? An empirical study**. Junho, 2009. Disponível em <[http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1407566](http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1407566)>.

EIERLE, B.; HALLER, A. Does Size Influence the Suitability of the IFRS for Small and Medium-Sized Entities? – Empirical Evidence from Germany. *Accounting in Europe*. Vol. 6, n. 2, pp 195-230, 2009.

Alves, F. L.; Miranda, L. C.; Meira, J. M.; Callado, A. L. C.

IKÄHEIMO, S.; OJALA, H.; STENING, E-M.; RIISTAMA, V. **The IFRS for SMEs: Do we need it? An expert-based study in Finland.** Presented in the 4th Annual Workshop on Accounting in Europe, hosted by the University of Lund, Sweden (2008), and in the Annual Conference of European Accounting Association in Tampere, Finland (2009).

HAUL, L.; LEUZ, C.; WYSOCKI, P. Global Accounting Convergence and the Potential Adoption of IFRS by the U.S. (Part I): Conceptual Underpinnings and Economic Analysis. *Accounting Horizons*, Vol. 24, No. 3, pp. 355-394, 2010.

LUNGU, C. I.; CARAIANI, C.; DASCALU C. New Directions of Financial Reporting Within Global Accounting Standards for Small and Medium-Sized Entities. Setembro, 2007. Disponível em <<http://ssrn.com/abstract=1013520>>.

MARRIOT, N.; MARRIOT P. Professional accountants and the development of a management accounting service for the small firm: barriers and possibilities. *Management Accounting Research*, n. 11, p. 475-492, 2000.

MIRANDA, L. C.; LIBONATI, J. J.; RATACASO, D.; SATURNINO, O. Demanda por Serviços Contábeis pelos Mercadinhos: são os Contadores Necessários?. *Revista Contabilidade Vista & Revista*, v.19, n. 1, p. 131-151, 2008.

MITCHELL, F.; REID, G. C. Problems, challenges and opportunities: the small business as a setting for management accounting research. *Management Accounting Research*, editorial 2000.

QUAGLI, A. **How is the IFRS for SME accepted in the European context? An analysis of the homogeneity among European Countries, users and preparers in the European Commission Questionnaire.** Working Paper Series. Julho, 2010

SCHIEBEL, A. **To what extent would the proposed IFRS for Small and Medium-sized Entities (“IFRS for SMEs”) be independent of the full IFRS system?** Working Paper Series. Dezembro, 2006.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa.** Relatório de Pesquisa. 2009.

SZCZESNY, A.; VALENTINCIC, A. **Asset write offs in private firms – The case of German SMEs.** Working Paper Series. Janeiro, 2009.

UMBELINO, W. S. **Avaliação Qualitativa do Desequilíbrio da Oferta e Demanda de Serviços Contábeis nas Micro, Pequenas e Médias Empresas da Grande Recife.** Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade de Brasília/ Universidade Federal da Paraíba/ Universidade Federal de Pernambuco/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Orientador: Luiz Carlos Miranda). 2008.

VAN WYK, H. A.; ROSSOUW, J. IFRS for SMEs in South Africa: a giant leap for accounting, but too big for smaller entities in general. *Meditari Accountancy Research*. Vol. 17, n. 1, p.99-116, 2009.